



SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS

www.suframa.gov.br

Clipping Local e Nacional On-line

Nesta edição 24 **matérias**

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, quinta-feira, 19 de janeiro de 2012

O ESTADO DE SÃO PAULO Dólar cai e governo fala em novas medidas VEICULAÇÃO NACIONAL	1
O ESTADO DE SÃO PAULO Haddad sai e Mercadante assume Educação VEICULAÇÃO NACIONAL	2
O ESTADO DE SÃO PAULO Taxas de juros se ajustam a ciclo mais forte de corte da Selic VEICULAÇÃO NACIONAL	3
FOLHA DE SÃO PAULO Ministro critica burocracia na Argentina VEICULAÇÃO NACIONAL	4
FOLHA DE SÃO PAULO Dilma escolhe ministro técnico para a Ciência..... VEICULAÇÃO NACIONAL	5
FOLHA DE SÃO PAULO BC corta taxa de juros pela quarta vez em 0,5 ponto VEICULAÇÃO NACIONAL	6
FOLHA DE SÃO PAULO Amazônia emite cada vez mais gases de efeito estufa VEICULAÇÃO NACIONAL	7
FOLHA DE SÃO PAULO Perigo sobre duas rodas / Editorial VEICULAÇÃO NACIONAL	8
FOLHA DE SÃO PAULO Escalada protecionista / Editorial..... VEICULAÇÃO NACIONAL	9
FOLHA DE SÃO PAULO Dilma dá início a reforma em ministério..... VEICULAÇÃO NACIONAL	10
FOLHA DE SÃO PAULO Novo escolhido para a Ciência possui perfil técnico VEICULAÇÃO NACIONAL	11
O GLOBO Argentina tem sido problema permanente, diz Pimentel VEICULAÇÃO NACIONAL	12
O GLOBO Dilma confirma Mercadante na Educação e põe físico na Ciência e Tecnologia VEICULAÇÃO NACIONAL	13
RONDONÓTIAS Banco Mundial investirá na iniciativa privada da região Norte VEICULAÇÃO NACIONAL	14
G-1 Polo relojoeiro dobra investimento e chega a US\$ 613 milhões no PIM VEICULAÇÃO NACIONAL	15
VALOR IOF do crédito pode ter novo corte VEICULAÇÃO NACIONAL	16
VALOR Governo pode licitar 77 terminais portuários até 2013 VEICULAÇÃO NACIONAL	17
VALOR Ministro quer limites para transferência de pensões..... VEICULAÇÃO NACIONAL	19
VALOR Conselho retoma análise de processos suspensos..... VEICULAÇÃO NACIONAL	20

VALOR	
Nova portaria esclarece regimento interno.....	22
VEICULAÇÃO NACIONAL	
VALOR	
O ICMS e a cessão de bens em comodato	23
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP	
O comércio exterior	25
VEICULAÇÃO NACIONAL	
BRASIL ECONÔMICO-SP	
Cade terá prazos para análise prévia de operações.....	26
VEICULAÇÃO NACIONAL	
RADIO CBN - MANAUS	
Aloizio Mercadante vai substituir Haddad no Ministério da Educação	27
VEICULAÇÃO NACIONAL	

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Dólar cai e governo fala em novas medidas		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Célia Froufe

O **dólar** teve ontem a terceira queda consecutiva ante o real e o movimento acendeu um alerta no governo. Preocupados com a possibilidade de uma nova onda de valorização da moeda brasileira, fontes do **Ministério da Fazenda** disseram ao Estado que medidas podem ser adotadas para estancar o movimento, caso a tendência não se reverta nos próximos dias.

A primeira reação do **mercado** ao alerta foi de ceticismo. Um economista de uma corretora nos Estados Unidos afirmou em comunicado para clientes que a "guerra" teria começado "outra vez" e a expectativa é apenas de "intervenção vocal" do governo nos próximos dias. Na prática, segundo o economista, não se esperam medidas antes de a cotação do **dólar** se aproximar da barreira psicológica de R\$ 1,70.

Ontem, a moeda fechou na mínima de R\$ 1,767 no **mercado** à vista. Nos três primeiros dias da semana, a queda já é de 1,56%. No mês, o **dólar** acumula desvalorização de 5,56%.

Uma série de fatores faz com que o **dólar** passe a valer menos. Lá fora, depois de muitas notícias negativas, o **mercado** viveu ontem um dia de alívio. As bolsas das principais economias subiram e o euro retomou fôlego. Aqui, o

mercado de ações acompanhou a onda de otimismo. Colaborou também o crescimento do fluxo cambial no País, incrementado por recentes emissões externas feitas por empresas.

A nova sequência de valorização do real em relação ao **dólar** ocorre em meio ao ciclo de redução da taxa básica de juros pelo Banco Central.

Ainda que a redução da Selic possa ser vista como movimento contrário à atratividade de novos investidores, o juro brasileiro ainda é muito alto em relação às taxas praticadas nas principais economias do mundo.

O mesmo cenário internacional que dá gás à desvalorização do **dólar** é o que traz apreensão à equipe econômica. A avaliação do governo é de que é preciso calibrar a cotação, para evitar uma enxurrada de **mercadorias** estrangeiras a preços baixos no **Brasil** e garantir atratividade ao produto nacional para manter e até ganhar novos **mercados** lá fora.

Com a crise externa, quem produz hoje tem pouco **mercado** para vender. E o Brasil, que está em um momento econômico diferenciado, é um destino certo para os **exportadores**. O governo tem consciência de que é preciso cuidado nessa coordenação e que qualquer falta de atenção pode causar repique da inflação.

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Haddad sai e Mercadante assume Educação		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O presidente da Agência Espacial Brasileira, Marco Antônio Raupp, assumirá o Ministério da Ciência e Tecnologia no lugar de Aloizio Mercadante, que vai para Educação. Fernando Haddad sai para se candidatar a prefeito de SP

Mercadante é confirmado na Educação

Ciência e Tecnologia fica com escolha técnica de Dilma, o cientista Marco Antonio Raupp

JOÃO DOMINGOS, RAFAEL MORAES MOURA, VERA ROSA / BRASÍLIA - O Estado de S.Paulo

A presidente Dilma Rousseff deu início ontem à reforma ministerial ao confirmar a saída do ministro Fernando Haddad (Educação), que disputará a Prefeitura de São Paulo. Para o lugar de Haddad vai Aloizio Mercadante, que deixa o Ministério de Ciência e Tecnologia. O cientista Marco Antonio Raupp substituirá o petista. A posse a cerimônia de transmissão de cargos dos novos ministros serão realizadas no dia 24, terça-feira.

Na segunda-feira deverá ser feita uma homenagem a Haddad, em comemoração às 1 milhão de vagas abertas pelo programa Universidade para Todos (ProUni), que concede bolsas nas universidades particulares a alunos carentes. O governo petista tem o ProUni na conta dos programas iniciados em sua administração que mais tiveram êxito. Será uma forte bandeira de campanha para Haddad.

Ao passar o Ministério para Mercadante na terça-feira, Haddad estará livre para circular por São Paulo na quarta-feira, quando é comemorado o aniversário da cidade. O nome de Haddad para a disputa pela Prefeitura de São Paulo foi imposto ao PT pelo ex-presidente Lula. Pesquisas eleitorais realizadas até agora mostraram Haddad girando em torno de 3% a 4% nas intenções de votos.

Raupp. A escolha de Marco Antônio Raupp para a Ciência e Tecnologia foi bancada por Mercadante e pela presidente Dilma Rousseff. Uma ala do PT paulista lutava pelo deputado Newton Lima (PT-SP). Argumentava que ele não é

só político, porque em sua vida, embora fosse filiado ao PT, sempre se dedicou à ciência. Tanto é que foi reitor da Universidade Federal de São Carlos.

Havia ainda, em favor de Newton, a justificativa de que, se ocupasse a Ciência e Tecnologia, abriria uma vaga para o ex-deputado José Genoíno na Câmara. Mas Dilma Rousseff, segundo um auxiliar, não quis o ônus de abrir uma vaga para Genoíno no ano em que o Supremo Tribunal Federal (STF) deverá julgar o escândalo do mensalão, ocorrido em 2005. Genoíno é um dos réus e poderia parecer que a presidente está tentando proteger um nome importante do PT.

Em nota distribuída ontem pela Secretaria de Comunicação Social, a presidente Dilma "agradece o empenho e a dedicação do ministro Haddad à frente de ações que estão transformando a educação brasileira e deseja a ele sucesso em seus projetos futuros". "Da mesma forma, (a presidente) ressalta o trabalho de Mercadante e Raupp nas atuais funções, com a convicção de que terão o mesmo desempenho em suas novas missões".

Na minirreforma é tida como certa a troca do ministro Mário Negromonte (Cidades), de Iriny Lopes (Secretaria das Mulheres), e de Paulo Roberto Pinto (Trabalho). O nome mais forte para o Ministério das Cidades é o do presidente da Autoridade Pública Olímpica (APO), Márcio Fortes, que já ocupou a pasta por cinco anos.

Fortes disse ontem ao Estado que não foi sondado para voltar ao Ministério. "Eu estou muito bem na APO", afirmou. Questionado se gostaria de retornar a Brasília - já que a sede da APO é no Rio de Janeiro -, ele desconversou. "O Ministério das Cidades não é Brasília. Trabalha no Brasil inteiro", disse.

Dilma inicia hoje a série de reuniões setoriais, com grupos de ministros, com o objetivo de definir os projetos prioritários e onde serão cortadas despesas, como antecipou o Estado. O primeiro encontro, das 9 às 19 horas, será com os ministros da área social, que cuidam do programa "Brasil sem Miséria".

	VEÍCULO O ESTADO DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Taxas de juros se ajustam a ciclo mais forte de corte da Selic		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

MÁRCIO RODRIGUES - O Estado de S.Paulo

Cenário:

Aespera pela decisão do Comitê de Política Monetária (Copom), ontem, foi bem movimentada nas mesas de negócios. Os juros futuros trabalharam em queda o dia todo em meio à aposta inabalável de corte de 0,50 ponto porcentual, trazendo a taxa Selic para 10,5% ao ano, e com a possibilidade de um ciclo mais intenso de queda de juros voltando a ganhar adesões. O **mercado** passou a vislumbrar outro corte de meio ponto na taxa básica de juros em março. A expectativa era de que o comunicado do encontro forneceria pistas sobre o cenário futuro para os juros.

Houve rumores de que o governo dava como certo o corte de 0,50 ponto, em linha com o **mercado**, mas que teria reafirmado sua disposição em reforçar o corte do Orçamento de 2012 para possibilitar a continuidade da redução da taxa Selic. Além disso, as pessoas físicas, que têm mostrado precisão nas apostas que fazem sobre o rumo da política monetária, aumentaram, de segunda para terça-feira, a posição vendida em taxa no **mercado** futuro. Por fim, o IPC-Fipe ficou abaixo da mediana e trouxe algum alívio.

O **mercado** de **dólar** não deixou por menos e teve uma tarde agitada. A moeda norte-americana renovou sucessivas mínimas, na esteira do fortalecimento do euro, que voltou à casa de US\$ 1,28. A moeda europeia foi impulsionada pelo bem-sucedido leilão de bônus de Portugal e pela informação

do Fundo Monetário Internacional (FMI) de que precisa elevar sua capacidade de empréstimos em US\$ 500 bilhões para resgatar países da zona do euro em dificuldades. Assim, o **dólar** caiu pelo terceiro dia, cotado a R\$ 1,7650 (-0,68%) no balcão. Com esse desempenho, a moeda ampliou a desvalorização no mês e ano para 5,56%.

Segundo apurou a Agência Estado em Brasília com fonte do governo, a queda recente da divisa dos EUA elevou a preocupação do **Ministério** da Fazenda sobre o rumo do câmbio e a equipe econômica estaria estudando novas medidas cambiais para conter a desvalorização da moeda.

A notícia sobre o FMI renovou o ânimo na Bovespa, que transpôs um novo patamar, dos 61 mil pontos, o que não ocorria desde o início de julho do ano passado. A alta de Petrobrás e dos papéis do setor financeiro ajudaram a ancorar a alta de 1,78% do Ibovespa, aos 61.722,86 pontos - na máxima do dia. No exterior, as bolsas norte-americanas registraram ganhos, enquanto que na Europa fecharam com sinais mistos, pressionadas pelas dúvidas em relação ao destino da Grécia.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Ministro critica burocracia na Argentina		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O ministro Fernando **PIM**entel (**Desenvolvimento, Indústria e Comércio**) externou ontem seu descontentamento com as medidas adotadas pelo governo argentino para dificultar a entrada de **importa**dos no país. Segundo o "La

Nacion", **PIM**entel disse à Dow Jones Newswire que "a Argentina tem sido um problema permanente" e, apesar das "boas relações políticas, economicamente é difícil lidar com eles".

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma escolhe ministro técnico para a Ciência		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Dilma escolhe ministro técnico para a Ciência

A presidente Dilma nomeou o físico Marco Antônio Raupp como ministro da Ciência e Tecnologia. Ele substituirá Aloizio Mercadante, que irá para a Educação. Ex-presidente da Agência Espacial Brasileira, Raupp tem o perfil técnico desejado pelo governo.

Novo escolhido para a Ciência possui perfil técnico

SABINE RIGHETTI

DE SÃO PAULO

A escolha do físico Marco Antonio Raupp para comandar o **Ministério** da Ciência e Tecnologia mostra uma preferência da presidente Dilma Rousseff por um perfil técnico e gerencial para a pasta.

Raupp carrega no seu currículo passagens pelo comando do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e da AEB (Agência Espacial Brasileira). Também é pesquisador-titular do LNCC (Laboratório Nacional de Computação Científica).

Foi presidente da SPBC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), principal entidade científica do país. É a SBPC que encabeça as discussões correntes sobre a política científica e tecnológica, e atua como uma espécie de interlocutor entre os cientistas e o governo.

Mas foi na AEB que Raupp ganhou mais projeção. À frente da instituição nos últimos dez meses, onde esteve por indicação de Aloizio Mercadante, Raupp tentou fazer uma espécie de "varredura".

A missão dele era sincronizar o complicado calendário espacial brasileiro, que coleciona atrasos no envio de satélites nacionais e está distante do setor privado. "Falta uma Embraer no setor espacial", ele costumava dizer.

Uma das ideias mais ousadas do físico ao sair do Inpe para assumir a AEB foi tentar unir as duas instituições. Para Raupp, não faz sentido o país ter uma instituição para fazer pesquisa, formar pessoas e projetar satélites (o Inpe) e outra para coordenar a política espacial (a AEB).

Do ponto de vista acadêmico, Raupp também tem um currículo denso. Fez doutorado em matemática na Universidade de Chicago e é livre-docente pela USP.

Também foi professor adjunto da UnB (Universidade de Brasília) e professor do IME (Instituto de Matemática e Estatística) da USP.

Além de sua ligação com a pesquisa espacial, Raupp gosta de assuntos ligados à inovação.

Ele segue a linha de Mercadante na tentativa de ligar o setor acadêmico ao privado.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO BC corta taxa de juros pela quarta vez em 0,5 ponto		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Na primeira reunião do ano, o Banco Central reduziu, sem surpresas, a taxa básica de juros da economia em 0,5 ponto percentual, para 10,5% ao ano. Foi o quarto corte seguido.

Sem surpresa, BC reduz juro para 10,5%

Na primeira reunião do ano, autoridade mantém dúvida entre analistas sobre até quando cortará taxa básica

Economistas avaliam que recuperação da economia e cenário externo podem reduzir espaço de novos cortes

SHEILA D"AMORIM

DE BRASÍLIA

MARIANA CARNEIRO

DE SÃO PAULO

Sem surpresas, o Banco Central anunciou ontem queda de mais 0,5 ponto percentual na taxa que serve de referência para toda a economia. Deixou em aberto, no entanto, a principal dúvida do **mercado**: até quando cortará os juros em 2012.

Na primeira reunião do ano, o Copom (Comitê de Política Monetária) cortou a taxa para 10,5% ao ano. Essa foi a quarta redução consecutiva desde agosto de 2011.

O comunicado divulgado após a reunião repete a argumentação da última reunião do comitê, em novembro, e diz que "um ajuste moderado no nível da taxa básica é consistente com o cenário de convergência da inflação para a meta em 2012".

Parte dos analistas acredita que, ao repetir a justificativa, o BC indica um ciclo maior de queda nos juros

para até um dígito. As projeções se concentram numa taxa de 9,5% ao fim do ano.

Mas desde a divulgação do relatório de inflação, em dezembro, apostas no **mercado** de juros futuros passaram a sugerir que o BC não cortaria tanto a taxa básica. Isso porque a autoridade monetária dá sinais de que a inflação ainda preocupa, sobretudo no segundo semestre, quando a economia deverá estar mais aquecida.

A economista Tatiana Pinheiro, do Santander, explica que a dúvida é saber se o BC mudou de opinião sobre o cenário externo e também sobre o ritmo de retomada da economia brasileira.

A economista lembra que, desde o fim do ano passado, novos indicadores foram divulgados, mostrando leve recuperação da economia em novembro, depois de um terceiro trimestre de estagnação.

E que o cenário externo também tem se revelado menos pessimista. Anteontem, a China divulgou o crescimento em 2011, acima do que previam os analistas.

Mesmo com a redução da taxa básica, consumidores e empresas pagam juros altos.

Segundo a Anefac (Associação Nacional dos Executivos de Finanças), desde agosto a taxa recuou em algumas modalidades, como resultado do corte de juros e outras medidas de estímulo. Mas o cheque especial, por exemplo, subiu devido à alta da inadimplência.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Amazônia emite cada vez mais gases de efeito estufa		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Amazônia está emitindo cada vez mais gás-estufa

Desmate e aquecimento reduzem absorção de carbono pela floresta

Estudo fez balanço de dados sobre o comportamento da floresta diante de mudanças climáticas

RAFAEL GARCIA

DE WASHINGTON

A **Amazônia** é **importante** para absorver gás carbônico e ajudar a combater o aquecimento global? O estudo mais recente sobre essa questão, que atormenta cientistas há décadas, aponta que ainda há dúvidas sobre se a região é mesmo um "sorvedouro" de carbono. Mas o trabalho conclui que o desmatamento e o aquecimento global estão gradualmente levando a região a se tornar mais uma fonte dos gases de efeito estufa do que um ralo para absorvê-los.

"Não sabemos de onde partimos, mas sabemos para onde estamos indo", disse à Folha Eric Davidson, cientista do Centro de Pesquisas de Woods Hole (EUA), que coordenou o trabalho.

"A mudança talvez seja de um sorvedouro de carbono forte para um sorvedouro fraco ou de uma fonte pequena de carbono para uma um pouco maior, talvez até cruzando essa barreira. Ainda não temos como estimar o fluxo líquido de carbono para toda a bacia Amazônica."

O estudo liderado por Davidson, publicando da edição de hoje da revista "Nature", foi um balanço dos quase 20 anos de pesquisas do LBA (Experimento de Grande Escala da Biosfera-Atmosfera na **Amazônia**), o maior projeto de pesquisa em ecologia e geociências da região.

Mesmo sem uma resposta detalhada sobre essa questão estratégica, cientistas comemoram o fato de que os dados da iniciativa têm ajudado nas políticas de preservação da floresta.

"O LBA mostrou que em um período de forte estresse climático, como as secas de 2005 e 2010, a floresta se torna uma pequena fonte de carbono", diz Paulo Artaxo, geofísico da USP, também autor do estudo.

"Isso é **importante** porque a **Amazônia** tem em sua biomassa um reservatório de carbono equivalente a quase dez anos da queima mundial de combustíveis fósseis. Qualquer alteração nesse regime é significativa do ponto de vista da mudança climática."

Uma das conclusões que o LBA permitiu tirar é que, apesar de a **Amazônia** ser robusta o suficiente para suportar fatores individuais de estresse -secas, desmatamento, queimadas etc.-, a floresta pode não suportar todos ao mesmo tempo.

"Há sinais de uma transição para um regime dominado por perturbações", dizem Artaxo, Davidson e outros autores do trabalho.

MONITORAMENTO

Segundo o pesquisador brasileiro, um dos problemas em responder a questões complexas sobre o comportamento da floresta diante da mudança climática é que, apesar de ser o maior projeto de pesquisa na região, o LBA não é grande o suficiente.

"Temos 13 torres de fluxo [instrumentos para estudos atmosféricos] hoje em 5,5 milhões de km². Seria um engano achar que 13 pontos de medida seriam capazes de representar uma área continental do tamanho da **Amazônia**", diz Artaxo.

"O país precisa ampliar esse sistema para **monitorar** não só a **Amazônia**, mas também outros biomas, como o cerrado e o Pantanal.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Perigo sobre duas rodas / Editorial		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Com acesso crescente ao mercado de trabalho formal e às facilidades do crediário, parte da chamada nova classe média parece ter escolhido a motocicleta como meio de transporte favorito.

De 2000 a 2011, a frota de motos quase quintuplicou no país, saltando de 3,5 milhões para 15,5 milhões. Em paralelo, a de automóveis apenas dobrou, passando de 19,9 milhões para 39,8 milhões.

Em 2010, as motos já eram mais numerosas do que os carros em quase metade das cidades brasileiras. Entre elas, duas capitais, Rio Branco (AC) e Boa Vista (RR).

O fenômeno já se evidencia também -e de forma sinistra- nas estatísticas. Entre 2005 e 2010, as vítimas de invalidez permanente causada por acidentes de trânsito passaram de 31 mil para 152 mil.

Uma das explicações reside justamente no aumento do tráfego motorizado sobre duas rodas. Mais de 70% dos casos do ano passado referiam-se a pessoas na faixa etária de 18 a 44 anos que usavam essa modalidade de transporte.

Os dados deixam patente o despreparo do país para enfrentar a nova realidade. O problema -que, além de dramático do ponto de vista humano, agrava os custos da Previdência- exige renovada atenção do poder público. É preciso um esforço para disciplinar melhor a convivência de motos e outros veículos nas ruas e rodovias brasileiras, já tristemente famosas pela incivilidade.

Na maioria das cidades, no entanto, os radares -eficaz instrumento para inibir condutores aloprados- nem mesmo estão adaptados para registrar infrações cometidas por motociclistas. As placas escapam das lentes por serem diminutas, ou porque os aparelhos só fotografam a dianteira - e as motos trazem o número apenas na parte traseira. Em São Paulo, já começam a surgir os radares para motos, mas ainda são poucos.

É imperioso, também, rediscutir a legislação em vigor. É hora de reavaliar a supressão do artigo do Código de Trânsito Brasileiro, em 1998, que proibia a circulação de motoqueiros entre as faixas de veículos.

Motos são ágeis e facilitam a vida de quem precisa deslocar-se com rapidez nas grandes cidades, mas não deveriam servir para seus condutores se evadirem de cumprir as normas do trânsito. Na mesma linha, motoristas de carros, ônibus e caminhões precisam disciplinar-se para compartilhar as vias com os vulneráveis motociclistas.

Não é mais possível que as autoridades se omitam diante de números tão eloquentes e preocupantes.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Escalada protecionista / Editorial		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Argentina burocratiza licenças de importação para tentar manter superavit nas contas externas, com prejuízo para o Brasil

A Argentina recuperou-se da depressão do início dos anos 2000 com extraordinário sucesso, assim como foram extraordinárias as políticas heterodoxas que levaram o país a crescer outra vez. Os governos dos Kirchner, porém, transformaram em rotina medidas que deveriam ser de exceção.

É o que se torna patente agora no país vizinho, onde os desequilíbrios se evidenciam na inflação alta e crônica e nos crescentes deficit das contas públicas e externas.

Na tentativa de preservar a qualquer custo o crescimento veloz (5,6% ao ano sob Cristina Kirchner), o governo foge dos problemas estruturais e recorre a paliativos desastrados.

O mais recente é a escalada protecionista. O governo burocratiza e controla cada vez mais as licenças de importação. Ameaça vetar a compra de produtos estrangeiros com supostos similares locais, o que prejudica empresas brasileiras, que respondem por cerca de 30% das importações argentinas.

É compreensível a aflição da presidente Cristina Kirchner. A crise mundial amplificou as dificuldades. Há fuga de capitais, dadas a ameaça de desvalorização do peso e a inflação alta. O saldo comercial vem minguando desde 2009.

O alto superavit nas contas externas, de quase uma década, deve ser revertido neste ano. O deficit talvez seja diminuto, o que não seria um problema se a Argentina tivesse

acesso ao mercado de crédito internacional, na prática fechado ao país desde o calote de 2001.

No esforço de manter suas reservas internacionais e evitar, no médio prazo, uma crise cambial, o governo impõe controles diversos, tributa exportadores e controla importações, o que prejudica o abastecimento de insumos industriais e encarece bens de consumo, com óbvio impacto nos preços.

As autoridades procuram baixar os juros pressionando os bancos. A fim de conter a alta da inflação já em 25%, tentam manobrar sindicatos para conter reivindicações de reajuste, sem muito sucesso.

É verdade que, no segundo mandato, Cristina Kirchner começou a reduzir subsídios ao consumo de energia, água e combustíveis e a tarifas de transporte, que oneravam as contas públicas. O deficit público pode tornar-se crônico -é de fato pequeno, mas preocupante num país em que o sistema de financiamento do governo foi arruinado por sucessivos tumultos.

Apenas medidas heterodoxas não darão conta das presentes dificuldades. O controle de importações, em especial, pode ser ainda mais contraproducente. Tende a dificultar a própria produção doméstica e, sobretudo, a prejudicar o comércio com o Brasil, que não aceitará sem reação essa afronta adicional ao combalido Mercosul.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma dá início a reforma em <u>Ministério</u>		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Pré-candidato em SP, Fernando Haddad deixa Educação e cede vaga a Aloizio Mercadante, hoje na Ciência e Tecnologia

Para o lugar deixado por Mercadante, governo confirma Marco Antônio Raupp, indicado pelo petista

NATUZA NERY

ANDRÉIA SADI

CATIA SEABRA

DE BRASÍLIA

A presidente Dilma Rousseff deu início ontem à sua primeira reforma ministerial ao nomear Aloizio Mercadante na Educação e o físico Marco Antônio Raupp para a pasta de Ciência e Tecnologia.

A escolha de Raupp foi fruto da indicação do próprio Mercadante, seu antecessor. O novo ministro, ex-presidente da Agência Espacial Brasileira, tem perfil técnico.

Com as mudanças, o petista Fernando Haddad está finalmente liberado para se dedicar à primeira campanha eleitoral de sua vida, a prefeitura de São Paulo. Em dezembro, o "Painel" da Folha antecipou que Mercadante, economista, iria para o Ministério da Educação.

A nomeação de Marco Antônio Raupp para a Ciência e Tecnologia desagradou uma ala do PT. O incômodo partiu da avaliação de que seu embarque na pasta daria muitos poderes a Mercadante.

A ala do PT paulista mais distante do ministro, a mesma que não o quer como candidato ao governo do Estado em 2014, observa preocupada o avanço do colega.

Mercadante entrou na administração Dilma de forma discreta; foi promovido a titular da Educação e, cada vez mais, vem ganhando entrada no governo.

Não raro, é consultado pela chefe sobre quais nomes poderiam assumir as pastas da reforma ministerial.

Dilma não deve mexer em mais do que sete Ministérios. Serão preservados nos atuais redutos os partidos que integram a base aliada.

Deve haver trocas em Cidades, Trabalho, Mulheres, Igualdade Racial e Cultura. Os sucessores, porém, ainda não foram definidos.

As negociações com legendas aliadas para a formação da equipe também foram deflagradas. O PP, no controle do Ministério das Cidades, foi chamado ontem para uma conversa inicial. O líder da bancada na Câmara, Aguinaldo Ribeiro (PB), reuniu-se com a ministra Ideli Salvatti (Relações Institucionais) para tratar da sucessão de Mário Negromonte no cargo.

O próprio Ribeiro chegou a ser sondado para comandar a pasta. Ao lado de Márcio Fortes, hoje no controle da Autoridade Olímpica, ele figura a lista de possíveis indicados ao posto e conta com a simpatia do Palácio do Planalto. Sua situação, porém, é delicada. Mesmo na condição de cotado, Ribeiro disse à Ideli que a bancada gostaria de indicar o substituto de Negromonte e já fala no deputado federal Márcio Reinaldo (MG) como alternativa.

Em fevereiro, Dilma deve se debruçar nas demais mudanças no primeiro escalão. Ele tenta fazer a alteração de titulares sem mudar a representação feminina na Esplanada. Hoje, há 10 mulheres no comando de Ministérios.

	VEÍCULO FOLHA DE SÃO PAULO	EDITORIA	
	TÍTULO Novo escolhido para a Ciência possui perfil técnico		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

SABINE RIGHETTI

DE SÃO PAULO

A escolha do físico Marco Antonio Raupp para comandar o Ministério da Ciência e Tecnologia mostra uma preferência da presidente Dilma Rousseff por um perfil técnico e gerencial para a pasta.

Raupp carrega no seu currículo passagens pelo comando do Inpe (Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais) e da AEB (Agência Espacial Brasileira). Também é pesquisador-titular do LNCC (Laboratório Nacional de Computação Científica).

Foi presidente da SPBC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência), principal entidade científica do país. É a SBPC que encabeça as discussões correntes sobre a política científica e tecnológica, e atua como uma espécie de interlocutor entre os cientistas e o governo.

Mas foi na AEB que Raupp ganhou mais projeção. À frente da instituição nos últimos dez meses, onde esteve por indicação de Aloizio Mercadante, Raupp tentou fazer uma espécie de "varredura".

A missão dele era sincronizar o complicado calendário espacial brasileiro, que coleciona atrasos no envio de satélites

nacionais e está distante do setor privado. "Falta uma Embraer no setor espacial", ele costumava dizer.

Uma das ideias mais ousadas do físico ao sair do Inpe para assumir a AEB foi tentar unir as duas instituições. Para Raupp, não faz sentido o país ter uma instituição para fazer pesquisa, formar pessoas e projetar satélites (o Inpe) e outra para coordenar a política espacial (a AEB).

Do ponto de vista acadêmico, Raupp também tem um currículo denso. Fez doutorado em matemática na Universidade de Chicago e é livre-docente pela USP.

Também foi professor adjunto da UnB (Universidade de Brasília) e professor do IME (Instituto de Matemática e Estatística) da USP.

Além de sua ligação com a pesquisa espacial, Raupp gosta de assuntos ligados à inovação.

Ele segue a linha de Mercadante na tentativa de ligar o setor acadêmico ao privado.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Argentina tem sido problema permanente, diz <u>PIM</u>entel		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Para ministro brasileiro, relações econômicas são difíceis

Janaína

Figueiredo

janaina.figueiredo@oglobo.com.br

Correspondente

BUENOS AIRES. Uma semana depois de a Casa Rosada ter anunciado nova ofensiva protecionista e dois dias após o ministro do Planejamento, Julio De Vido, ter denunciado cinco companhias petrolíferas, entre elas a Petrobras, por suposta "cartelização" no mercado de diesel (do qual a brasileira detém fatia de 2,3%), o Brasil decidiu reagir por meio do ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando PIMentel. Ontem, durante visita aos EUA, PIMentel referiu-se à Argentina em termos poucas vezes visto por parte de um alto funcionário brasileiro:

- A Argentina tem sido um problema permanente. Temos boas relações políticas, mas economicamente é difícil lidar com eles - disse.

O governo de Dilma Rousseff está avaliando as recentes medidas adotadas pelo Executivo da presidente Cristina Kirchner. Semana passada, o governo argentino informou que a partir do próximo dia 1º os importadores do país deverão apresentar uma Declaração Juramentada Antecipada perante à Receita Federal local (Afip). A autorização ou não das operações estará nas mãos do

secretário de Comércio Interior, Guillermo Moreno, um dos funcionários mais polêmicos do governo argentino. O objetivo de Moreno e sua equipe é impedir que o superávit comercial do país fique abaixo dos US\$10 bilhões este ano.

Nova medida retardará entrada de importados

Na prática, a nova medida retardará a entrada de produtos no mercado argentino e representará uma nova barreira comercial num mercado considerado importantíssimo para o Brasil.

- Temos um superávit comercial de cerca de US\$6 bilhões com a Argentina - disse Fernando PIMentel.

Em 2011, o comércio bilateral alcançou US\$35 bilhões e o déficit da Argentina com o Brasil, apesar da aplicação de barreiras como as Licenças não Automáticas, ficou em US\$5 bilhões.

O ministro brasileiro acrescentou que não vai tentar negociar com o governo argentino antes de a nova medida ser colocada em prática. Mas informações divulgadas pela imprensa argentina indicam que o Brasil solicitou um encontro de emergência com autoridades do governo Kirchner, entre elas a ministra da Indústria, Débora Giorgi. Ela tem uma boa relação com PIMentel.

	VEÍCULO O GLOBO	EDITORIA	
	TÍTULO Dilma confirma Mercadante na Educação e põe físico na Ciência e Tecnologia		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Planalto confirma Mercadante na Educação e técnico na Ciência

Haddad deixará pasta semana que vem para disputar a prefeitura de SP

Luiza Damé, Catarina Alencastro e Gerson Camarotti

BRASÍLIA. A presidente Dilma Rousseff deu início, ontem, à primeira reforma ministerial de seu governo não provocada por denúncias contra ministros. O Planalto anunciou o nome do atual ministro de Ciência e Tecnologia, Aloizio Mercadante, como substituto de Fernando Haddad na Educação. Após seis anos e quatro meses no posto, Haddad deixa o governo para disputar sua primeira eleição, como candidato do PT escolhido pelo ex-presidente Lula, à prefeitura de São Paulo. Para o cargo de Mercadante, a presidente Dilma confirmou o nome do físico Marco Antônio Raupp, presidente da Agência Espacial Brasileira.

Nessas primeiras mudanças, a despeito da pressão do PT, Dilma fez valer sua preferência - Mercadante e Raupp são escolhas dela. Com a mudança, o PT perdeu um cargo de nomeação política. Por mais que Raupp tenha identidade com o partido, ele é um técnico.

As posses vão ocorrer terça-feira. Na véspera, Haddad terá dia de estrela em grande cerimônia no Palácio do Planalto para a comemoração da marca de um milhão de bolsas para o Prouni - para alunos carentes em faculdades particulares.

Em nota, Mercadante se disse honrado com a escolha de seu nome para o **Ministério** da Educação. O ministro elogiou tanto Haddad quanto Raupp. Segundo Mercadante, Haddad "realizou uma grande transformação na qualidade

da educação no Brasil". "Da mesma forma, sinto-me seguro quanto à competência e ao espírito público do Doutor Marco Antônio Raupp, que trabalhou na minha equipe como presidente da Agência Espacial Brasileira".

A presidente ainda terá de decidir o substituto da ministra de Políticas para as Mulheres, Iriny Lopes, que sairá para disputar a prefeitura de Vitória (ES), e o novo ministro do Trabalho. Desde que Carlos Lupi deixou o governo, o **Ministério** é comandado interinamente pelo secretário-executivo, Paulo Roberto Pinto.

Outra pendência é o **Ministério** das Cidades, cujo titular, Mário Negromonte, não conta com o apoio de parte de seu partido, o PP. O preferido de Dilma é o presidente da Autoridade Pública Olímpica, Márcio Fortes, titular da pasta no governo Lula.

Ontem, ao passar pelo Planalto para uma reunião sobre os Jogos Olímpicos, Fortes negou ter sido convidado.

O Planalto iniciou ontem as consultas ao PP para a substituição de Negromonte, e passou a analisar o nome do líder da bancada, deputado Aguinaldo Ribeiro (PB), depois que o partido vetou o nome de Márcio Fortes. De manhã, a ministra de Relações Institucionais, Ideli Salvatti, recebeu o líder em seu gabinete para sondar outras possibilidades. Inicialmente, a estratégia do Planalto era vencer o PP pelo cansaço para oficializar Fortes.

	VEÍCULO RONDONOTÍCIAS	EDITORIA	
	TÍTULO Banco Mundial investirá na iniciativa privada da região Norte		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Representantes da International Finance Corporation (IFC), unidade do Grupo Banco Mundial estiveram na manhã desta terça-feira (17) na sede da Suframa em Manaus para um encontro com o Superintendente do órgão, Thomaz Nogueira. Durante o encontro, os representantes da IFC, Luis Antonio Funcia (oficial sênior) e Juan Pablo Perzan (consultor), disseram que a intenção da corporação é ampliar o volume de negócios no Norte do país.

O Banco Mundial atua no oferecimento de empréstimos, capital, produtos para gestão de riscos, financiamentos e serviços de consultoria para a iniciativa privada nos países em desenvolvimento e o objetivo do encontro foi aproximar as relações entre as instituições.

A proposta é apoiar projetos da iniciativa privada vinculados às áreas de preservação de recursos naturais, recursos energéticos, logística, água e saneamento. Os recursos serão direcionados preferencialmente a empresas de médio porte (faturamento entre R\$ 20 e R\$ 200 milhões) com constituição e poder de decisão na própria região.

“Investimos cerca de US\$ 2 bilhões por ano no Brasil em praticamente todos os setores produtivos e, nos últimos anos, temos buscado focar nossos negócios nas regiões Norte e Nordeste, agora mais no Norte, tendo em vista que grande parte das empresas apoiadas no eixo Sul/Sudeste já tem sua vida razoavelmente encaminhada”, disse Funcia.

“Queremos conhecer melhor a região e abrir as portas para as empresas do setor privado daqui. Não podíamos deixar de estar com a Suframa que é das instituições federais de maior relevância no Norte”, complementou.

Segundo Thomaz Nogueira, a ação pode ser muito importante para o desenvolvimento das empresas instaladas na região. “A economia regional é muito dinâmica e conta com diversos segmentos que podem ter acesso a esses recursos, ligados tanto à área industrial quanto às áreas que não são diretamente dependentes dos incentivos fiscais especiais, como logística e aproveitamento de recursos naturais e minerais”, disse.

A Suframa repassará informações mais detalhadas sobre a economia regional à IFC, a fim de auxiliar na identificação dos segmentos mais compatíveis à missão da corporação para destinação dos investimentos. “Assim a corporação poderá ter uma noção das oportunidades, desafios e do que pode ser feito na região para ajudar as empresas”, concluiu o Superintendente.

Autor: Suframa

	VEÍCULO G-1	EDITORIA	
	TÍTULO Polo relojoeiro dobra investimento e chega a US\$ 613 milhões no PIM		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Suframa afirma que crescimento pode ser ainda maior.

A indústria relojoeira começou 2011 com faturamento de US\$ 34 milhões.

O faturamento pelo Relojoeiro da **Zona Franca** de **Manaus (PIM)** saiu de US\$ 301 milhões para US\$ 613 milhões, nos últimos dois anos. O número representa crescimento de 103%. Os dados foram divulgados, nesta quarta-feira (18), pela **Superintendência** da **Zona Franca** de **Manaus (Suframa)**.

De acordo com o levantamento, o crescimento pode ser ainda maior. Os dados referentes a 2011 ainda não incluem os resultados de dezembro.

A indústria relojoeira do **PIM** começou o ano passado com faturamento de US\$ 34 milhões, chegando a US\$ 72 milhões em abril e US\$ 81 milhões em novembro, número próximo do recorde histórico alcançado em novembro de

2010, quando o faturamento ultrapassou a casa dos US\$ 89 milhões.

Ainda segundo a **Suframa**, os investimentos produtivos no polo Relojoeiro da **Zona Franca** de **Manaus** alcançaram, até novembro do ano passado, US\$ 104,5 milhões.

O balanço apontou ainda crescimento nos postos de trabalho. De 1.372 empregos em 2006, o setor saltou para 2.425. No comparativo entre 2011 (até novembro) e 2010, o crescimento registrado foi de 34,5%.

Nos 11 meses do ano passado, foram vendidos mais de 9,8 milhões de relógios de pulso e bolso – 99% para abastecer o **mercado** interno - com uma média de mais de um milhão de unidades produzidas a cada mês, desempenho jamais alcançado em 45 anos de **Zona Franca**.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO IOF do crédito pode ter novo corte		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O Governo Federal avalia a possibilidade de uma nova rodada de redução do Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) no crédito ao consumo. No fim do ano passado o Ministério da Fazenda reduziu a alíquota do tributo de 3% para 2,5% ao ano. Agora, poderá haver uma queda de mais 0,5 ponto percentual, com o imposto caindo para 2% ao ano. Isso vai depender dos dados relativos ao nível de atividade econômica que começarem a surgir referentes aos dois últimos meses (dezembro e janeiro)

IOF do crédito às famílias pode cair

Por João Villaverde | De Brasília

O governo elegeu o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) que incide sobre empréstimos para pessoas físicas como principal carta na manga da política econômica neste início de 2012. Atualmente em 2,5% ao ano, o IOF nos empréstimos à pessoa física com prazo de um ano ou mais poderá ser novamente reduzido, para 2% ao ano, caso a Fazenda considere necessário adicionar estímulos à demanda doméstica, ao consumo das famílias em especial, para garantir expansão do Produto Interno Bruto (**PIB**) mais próxima de 4% do que de 3% este ano.

Não há decisão neste sentido, mas os estudos do governo se concentram no IOF sobre o crédito às famílias porque tem impacto imediato na oferta. Ao mesmo tempo, um corte na alíquota não causaria perda significativa de receita. A eventual redução de 2,5% para 2% representaria renúncia fiscal de R\$ 1,6 bilhão no ano, uma vez que 0,5 ponto percentual de IOF rende R\$ 130 milhões por mês ao fisco. O governo quer um **PIB** maior neste ano, mas não pretende abrir

mão de um superávit primário forte (de R\$ 139 bilhões) e, para isso, a arrecadação é fundamental.

Em abril de 2011, o governo dobrou a alíquota do IOF de 1,5% para 3%, na esteira das medidas macroprudenciais para contenção do crédito e, conseqüentemente, do crescimento econômico.

Em novembro, quando o BC começou a relaxar uma parte das medidas, técnicos da Fazenda passaram a trabalhar com a volta do IOF ao nível pré-abril, de 1,5%.

Era esta a medida que o ministro da Fazenda, Guido Mantega, anunciaria em 1º de dezembro, junto ao pacote estímulo à economia. Mas no dia anterior, em 30 de novembro, Mantega decidiu que a melhor opção seria adotar estratégia gradualista e o corte foi menor. Naquele momento o governo também reduziu o Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para quatro itens de eletrodomésticos da linha branca, e o salário mínimo sofreria forte reajuste já em janeiro. Assim, a queda do IOF para a pessoa física poderia ser em dosagem menor.

"Assim o efeito pode ser diluído no tempo", disse fonte da área econômica. Ao mesmo tempo, como a alíquota do IOF permanece muito acima do 1,5% que vigorava antes de abril de 2011, o governo mantém essa margem. Se entender que a atividade não voltou a acelerar a partir de novembro no ritmo desejado, o governo pode reduzir o IOF e estimular o crédito. Se o ritmo da atividade percebido for considerado adequado, conforme indicadores de dezembro de 2011 e janeiro sejam divulgados, o IOF fica como está.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Governo pode licitar 77 terminais portuários até 2013		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O governo decidiu que 77 terminais portuários hoje operados pelo setor privado - e cuja concessão é anterior a 1993 - devem ser licitados. A decisão impõe a adoção de um ritmo acelerado para garantir as novas concessões, pois elas vencem até 2013 e representam quase um quarto das 326 instalações portuárias arrendadas no país. A definição do governo - adotada em reunião da Casa Civil, Ministérios dos Transportes, da Fazenda e do Planejamento, e Secretaria dos Portos - contraria posição da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (Antaq), que quer a renovação das concessões.

Parecer da Advocacia-Geral da União de julho de 2011 admite que os contratos celebrados antes da Lei dos Portos (8.630/93) sejam prorrogados pelo prazo máximo igual ao originalmente pactuado, como forma de adequá-los à lei e mitigar as diferenças em relação aos firmados depois dela. A possibilidade do aditivo só vale para as concessões ainda vigentes e cujos contratos tenham cláusula permitindo a renovação. Com base no parecer da AGU, a Antaq chegou a elaborar uma minuta de resolução para regular as prorrogações, mas no fim de 2011 o texto da agência, ao qual o Valor teve acesso, esbarrou na Casa Civil, que determinou a realização de novos leilões.

O governo terá de agir contra o relógio para leiloar as 77 instalações que vencem no espaço de um ano. Nos últimos 11 anos, apenas cinco terminais foram licitados, segundo levantamento da Antaq.

A decisão por novas licitações contraria o interesse dos atuais administradores desses terminais. "Se não sair uma regulação da Antaq, podemos nos valer do parecer da AGU para buscar soluções. O problema é que não queremos levar a questão para a justiça, como tem ocorrido no setor portuário", afirma o presidente da Associação Brasileira de Terminais Portuários (ABTP), Wilen Manteli.

De acordo com ele, a licitação levaria no mínimo cinco anos. "Se isso prevalecer, haverá um sucateamento dos terminais porque ninguém vai investir sem a previsão de que os contratos serão renovados", diz Manteli. De acordo com a ABTP, os terminais das empresas associadas a ela e cuja

concessão vence em 2013 têm planos de investimento que somam R\$ 3 bilhões.

Publicada em 1993, a Lei dos Portos instituiu a necessidade de licitação para a operação portuária e limitou o tempo de concessão em até 50 anos (25 mais 25). Até então, os arrendamentos portuários eram feitos sem concorrência pública e podiam ser sucessivamente renovados. A nova regra introduziu uma série de critérios, como a movimentação mínima de carga e indicadores de serviço, e determinou que os contratos antigos fossem adaptados a ela no prazo de 180 dias, por meio da incorporação das novas cláusulas. Entre essas, estava a possibilidade de prorrogação por uma única vez, por prazo máximo igual ao originalmente contratado. O governo, contudo, não conseguiu adaptar todos os contratos no período.

Apesar de afirmar que a licitação "é pedra de toque para a Administração", o parecer da AGU pondera que existem "hipóteses carregadas pelo signo da excepcionalidade", o que justificaria a renovação sem nova concorrência pública. Diz o texto: "Não se está tratando de mera outorga de novo serviço público sem o concurso licitatório, mas de readequação, à luz de quadros constitucional e legal supervenientes, das explorações de instalações portuárias que se encontravam válidas sob o regime anterior".

Para Mauro Salgado, diretor comercial da Santos Brasil, principal operadora de terminais de contêineres e logística do país, a adequação é legítima. "O parecer da AGU dá respaldo para que a Antaq publique a resolução. Nossa posição é que de fato essa adequação tem de ser feita, porque investimento em instalação portuária é de longo prazo". A empresa tem uma instalação de armazenagem de contêineres nessa situação, em Santos.

Procurada, a Antaq disse que está revendo o assunto em âmbito de diretoria. A Casa Civil afirmou que no encontro do final de 2011 a AGU posicionou-se a favor de realizar licitações, no que foi acompanhada pelos demais participantes. A Secretaria de Portos (SEP), por sua vez, informou por meio de sua assessoria que uma resolução da Antaq de 2005 autoriza a prorrogação emergencial dos

contratos de arrendamentos firmados antes da Lei de 1993 pelo prazo máximo de três anos, enquanto se conclui a licitação. Com isso, o prazo de 2013 poderia ser estendido,

no entender da SEP, mas não pelo mesmo período do contrato original, como queria a Antaq.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Ministro quer limites para transferência de pensões		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

O Ministério da Previdência Social quer estabelecer um limite para que o servidor público aposentado possa transferir pensões vitalícias a familiares. A proposta de alteração visa conter a escalada do déficit no regime de previdência do funcionalismo federal.

O ministro da Previdência Social, Garibaldi Alves, informou que apresentará à presidente Dilma Rousseff proposta para limitar a transferência de benefícios a familiares. A mudança levará em consideração eventuais alterações no estado civil do contribuinte e a forma de contribuição para a Previdência.

"O regime de pensões [dos servidores federais] é de grande generosidade", classificou o ministro. Ele comentou que a proposta está sendo formulada e será apresentada à presidente nas próximas semanas.

A intenção do **Ministério** da Previdência é convencer outras áreas do governo sobre a necessidade de mudança. Garibaldi Alves disse ter pressa porque gostaria que essa

modificação entrasse em vigor antes de o governo realizar novas contratações de funcionários para o serviço público.

Nos próximos anos, mais de um terço do funcionalismo federal, estimado em 1,1 milhão de servidores, vai se aposentar, obrigando a União a fazer concursos para repor as vagas desocupadas. "O governo pretende fazer vários concursos. Se essa e outras mudanças não forem aprovadas a tempo, os novos contratados terão os mesmos direitos em vigor hoje", disse ele.

O ministro informou que a tendência é que o déficit no regime de previdência dos servidores aumente 10% ao ano, em média, nos próximos anos. "É uma sangria e isso custa [hoje] mais de R\$ 60 bilhões ano", salientou.

Alves comentou que espera aprovar no Congresso o projeto de lei nº 1.992, que cria o fundo de previdência complementar dos servidores, o Funpres. Se esse projeto for votado, a tendência é de redução gradativa do rombo no sistema de previdência do funcionalismo federal. (LO)

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Conselho retoma análise de processos suspensos		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

Adriana Aguiar | De São Paulo

O Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) parece ter cansado de esperar por decisões definitivas do Supremo Tribunal Federal (STF). O órgão recolocará em pauta todos os processos que estão em repercussão geral na Corte, à exceção apenas daqueles que estiverem expressamente sobrestados. A medida está prevista na Portaria interna nº1, editada no dia 3 pelo Carf.

Até então, muitos casos estavam parados no conselho. O problema começou há um ano com a decisão do órgão de alterar o regimento interno e suspender o andamento dos processos cujos temas estivessem em repercussão geral no Supremo. Com uma lista de pouco mais de 70 assuntos tributários nessa condição e sem critérios uniformes para sobrestamento dos casos, os conselheiros acabaram retirando de pauta muitos processos.

A portaria deixa claro o que já estava previsto, de certa forma, no regimento interno do Carf, mas gerava dúvidas entre os conselheiros. Com a nova previsão, a tendência é que a maioria dos processos retirados de pauta volte a julgamento. Isso porque poucos casos estão expressamente sobrestados pelo Supremo.

Ações que tratam, por exemplo, da ampliação da base de cálculo da Cofins pela Lei nº 10.833, de 2003, devem retornar às sessões do Carf. O Supremo reconheceu a repercussão geral em 2008, mas não determinou que esses processos deveriam ficar sobrestados. O tribunal superior ainda não começou a julgar o tema. Processos que tratam da incidência do PIS e da Cofins sobre a variação cambial de contratos firmados em dólar também passam a ser liberados para decisão pelos conselheiros. No STF, o julgamento sequer foi iniciado e mesmo o conselho ainda não tem entendimento consolidado sobre o assunto.

De acordo com o presidente do Carf, Otacílio Dantas Cartaxo, a nova portaria foi editada porque havia uma retenção muito grande de processos na esfera administrativa. "Como não há data prevista para o Supremo julgar esses temas, decidimos que só ficarão parados os casos que estiverem em repercussão geral e expressamente sobrestados", diz.

Entre os assuntos que ainda permanecerão sem julgamento até que haja decisão definitiva do Supremo está a discussão sobre a inclusão do **ICMS** na base de cálculo do PIS e da Cofins, na qual há clara suspensão dos demais processos. Outro tema que permanece sobrestado trata dos rendimentos de Imposto de Renda recebidos acumuladamente pelo contribuinte, em decorrência de ação judicial.

Processos suspensos já estarão na pauta das próximas sessões do Carf. O advogado Luiz Paulo Romano, do escritório Pinheiro Neto Advogados, afirma que já tem um caso que trata da discussão sobre a tributação de PIS e Cofins sobre variação cambial em dólar, que estava sobrestado, agendado para ser avaliado pelo conselho no dia 25. "O Carf estava engessado. Agora, a portaria impede que o conselho fique sempre esperando pelo Supremo", afirma.

A medida foi elogiada tanto por advogados de contribuintes quanto por representantes da Fazenda Nacional. O advogado Flávio Eduardo Carvalho, do escritório Souza, Schneider, Pugliese e Sztokfisz Advogados, acredita que a maioria dos casos deve ser retomada. "O Supremo, normalmente, não determina expressamente esse sobrestamento", diz. Para ele, a portaria soluciona o problema. "Até então, as turmas do Carf tinham entendimentos divergentes sobre o que deveria ou não ser retirado de pauta. Essa nova norma deve, na prática, fazer diferença."

O coordenador substituto do contencioso administrativo tributário da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), Moisés de Sousa Carvalho Pereira, também concorda. "A decisão do conselho é positiva e deve evitar o sobrestamento em massa de processos que poderiam ser julgados", afirma o procurador.

A portaria deixa claro ainda que os assuntos registrados como sobrestados só devem ser liberados para julgamento no Carf após decisão transitada em julgado - quando não há recurso - no STF. As turmas do conselho ainda tinham dúvidas se podiam colocar esses processos em pauta a partir do julgamento, da data da publicação da decisão ou do trânsito em julgado.

Apesar da opção conservadora, advogados e Fazenda consideram que a portaria deve garantir mais segurança para

os julgados. Por outro lado, esses processos podem tramitar por anos somente no Carf. Para o advogado Flávio Carvalho, a medida resolve uma dúvida comum entre os conselheiros e

evita que processos sejam julgados de forma precipitada antes de uma decisão final na Justiça.

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO Nova portaria esclarece regimento interno		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

De São Paulo

A Portaria nº1, editada no dia 3, que trata do sobrestamento de processos administrativos, regulamenta o regimento interno do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), de 2009, e suas posteriores alterações. A norma uniformiza o entendimento sobre o tema no órgão que julga recursos apresentados por contribuintes contra autuações da Receita Federal.

O parágrafo 1º do artigo 62 do regimento já estabelecia a paralisação de recursos com temas sobrestados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Porém, conselheiros interpretavam que bastava a aplicação de repercussão geral pelo STF para a suspensão dos julgamentos na esfera administrativa. Por isso, o presidente do Carf, Otacílio Dantas

Cartaxo, optou por editar a portaria e liberar a retomada dos casos, destrancando a pauta das sessões. A nova portaria também está de acordo com o regimento interno do próprio STF.

Cartaxo assumiu a presidência em maio de 2011, depois de uma alteração no regimento interno do Carf. A mudança permitiu o exercício da presidência por auditor aposentado. Antes de assumir a função, ele foi secretário da Receita Federal. Enquanto esteve à frente do órgão, surgiu o escândalo sobre a violação do sigilo fiscal da filha de José Serra, então candidato do PSDB à Presidência da República. Cartaxo também teve que ir ao Senado para defender um planejamento tributário feito pela Petrobras. (AA)

	VEÍCULO VALOR	EDITORIA	
	TÍTULO O ICMS e a cessão de bens em comodato		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL	

André Mendes Moreira

Por meio do **ICMS**, os Estados brasileiros tributam as vendas de **mercadorias** realizadas por comerciantes, industriais e produtores. O imposto, contudo, não incide sobre o empréstimo de bens a título de locação ou de comodato, o que é ponto pacífico entre fiscos e contribuintes. Afinal, o pressuposto para a cobrança do **ICMS** é a mudança da propriedade do bem por intermédio de um contrato de compra e venda. Tanto na locação como no comodato a propriedade da coisa permanece com o locador ou comodante, inviabilizando qualquer tentativa de exigência do **ICMS** nessas operações.

A cessão de bens em comodato, com o fito de viabilizar a atividade empresarial, ocorre em diversos segmentos da economia, como no caso dos fabricantes de bebidas (que emprestam refrigeradores, mesas e cadeiras aos bares e restaurantes que vendem seus produtos) e das montadoras de automóveis (que cedem equipamentos industriais aos seus fornecedores para viabilizar a **produção** de autopeças que, posteriormente, serão adquiridas pela própria montadora).

Sendo o **ICMS** um tributo não cumulativo, o contribuinte pode abater, do valor devido mensalmente em razão da venda de seus produtos, créditos correspondentes ao **ICMS** suportado na compra de bens utilizados em suas atividades. Exemplificando: se uma fabricante de bebidas adquire refrigeradores que serão emprestados aos seus pontos de venda, ela suporta, no preço de aquisição desses equipamentos, o valor do **ICMS** que foi pago pelo vendedor dos eletrodomésticos. Isso lhe conferirá o direito de crédito do imposto (o montante é inclusive informado na nota fiscal de aquisição), o que reduzirá o **ICMS** a pagar pela venda das bebidas fabricadas.

Contudo, e nesse ponto reside a controvérsia, os fiscos estaduais têm negado esse direito aos créditos de **ICMS** relativos aos bens cedidos em comodato, com arrimo em dois fundamentos. Primeiramente, como o bem é utilizado por outrem que não o comodante, este deixa - por não ser mais o possuidor - de fazer jus aos créditos referentes aos bens emprestados. Em segundo lugar, de acordo com a Constituição (artigo 155, parágrafo 2º, II, b), as saídas (vendas) de

mercadorias nas quais se tem isenção ou não incidência do **ICMS** - caso do comodato, no entender do fisco - geram o dever de estorno dos créditos de **ICMS** por parte do vendedor. Ambas as assertivas fiscais, data venia, são improcedentes.

Os fundamentos para negar o direito aos créditos são improcedentes

Quanto ao primeiro argumento, impende notar que a cessão em comodato consiste em simples deslocamento físico do bem, sem mudança da sua propriedade. O comodato nada mais é que o "empréstimo gratuito de coisas não fungíveis" (artigo 579 do Código Civil). Assim, não havendo transferência da propriedade ao terceiro, a empresa cedente continua sendo titular do bem e, sendo este utilizado em prol de suas atividades empresariais (ainda que pelo seu parceiro comercial), não há qualquer regra impeditiva do creditamento. Tal interpretação é, inclusive, reforçada pela própria Lei Kandir, que prevê a cessação do crédito do **ICMS** sobre os bens do ativo imobilizado apenas quando da sua alienação (artigo 20, parágrafo 5º, V) e não pela sua simples cessão a outrem.

Em relação ao segundo ponto, entendemos que há um erro de premissa da fiscalização. Não se discute que a Constituição obriga o estorno dos créditos de **ICMS** quando a operação for abrigada por isenção ou não incidência. No entanto, para que seja exigido o aludido estorno é obrigatória a efetiva venda da **mercadoria** para terceiro. Sendo essa venda beneficiada por isenção (como algumas vendas para órgãos públicos estaduais) ou não incidência (como ocorre com as vendas de bens do ativo imobilizado da empresa, que não são considerados **mercadorias** pela legislação), o **ICMS** não incidirá na operação, mas o vendedor deverá estornar os respectivos créditos. No caso da cessão em comodato, como visto, não se tem operação de circulação jurídica, porquanto inexistente mudança de propriedade dos bens cedidos. Assim, a hipótese não se enquadra na regra que determina o estorno dos créditos relativos às saídas (vendas) isentas ou com não incidência do imposto. Se não há a saída referida pela Constituição, inexistente o pressuposto para aplicação da regra atinente às "saídas com isenção ou não incidência".

Em recurso especial julgado no ano de 2006 (nº 791.491/MG), o STJ acolheu a tese ora exposta, mantendo o direito ao crédito de **ICMS** de uma fabricante de sorvetes sobre refrigeradores emprestados aos seus pontos de venda. No mesmo sentido e no ano de 2009, o Conselho de Contribuintes de Minas Gerais assegurou a uma montadora de automóveis o direito ao creditamento do **ICMS** relativo a máquinas cedidas aos seus fornecedores de autopeças (acórdão nº 3.424/09/CE).

No entanto, apesar dos precedentes favoráveis existentes, a discussão tem recrudescido nos últimos tempos, havendo diversos casos pendentes de julgamento tanto em Conselhos Estaduais como no Judiciário. Por uma questão não apenas de coerência, mas também de respeito à ordem legal e constitucional, espera-se que essas novas lides tenham o mesmo desfecho dos casos acima referidos.

André Mendes Moreira é doutor em direito pela USP e sócio de Sacha Calmon - Misabel Derzi Consultores e Advogados

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP	EDITORIA	
	TÍTULO O comércio exterior		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Julio Gomes de Almeida, Ex-secretário de Política Econômica e professor da Unicamp

Em 2011, o **comércio** exterior dos bens típicos da indústria de transformação foi deficitário em US\$ 48,7 bilhões, um valor superior em 40,2% ao já expressivo déficit de US\$ 34,8 bilhões registrado em 2010. Outro dado negativo: a participação dos produtos industriais na pauta **exportadora** brasileira chegou a 57,8%, muito aquém dos 81,3% correspondentes ao ano 2000. Responde por esse resultado um processo muito intenso de commoditização da pauta **exportadora** brasileira, o qual ganharia forte impulso após 2005 com o boom dos preços internacionais de produtos primários impulsionado pelo crescimento econômico chinês.

Outro movimento vai se tornando evidente nos últimos dados do **comércio** exterior brasileiro: dentro das próprias commodities tem havido um aumento dos itens de menor valor agregado. De fato, commodities do setor extrativo mineral e da agropecuária vêm ganhando terreno vis-à-vis commodities industriais delas derivadas, fato este associado ao peso dos impostos e demais custos sistêmicos que incidem sobre o produto manufaturado quando são ampliadas as etapas de **produção**. A propósito, o superávit comercial de US\$ 78,5 bilhões que as **mercadorias** típicas da extração mineral (saldo de US\$ 43,3 bilhões), da agropecuária (US\$ 29 bilhões) e demais segmentos (US\$ 6,2 bilhões) obtiveram mais do que compensou o déficit da indústria de transformação, levando a um saldo global de US\$ 29,8 bilhões, um aumento de US\$ 9,5 bilhões ante o resultado do ano anterior.

Exportar commodities é bom para o país porque ajuda a dar sustentabilidade às contas externas, mas a excessiva dependência de maiores preços para elevar as vendas desses produtos ao exterior, como ocorreu em 2011, é fator de vulnerabilidade.

No ano passado até novembro, segundo a Funcex, nossas **exportações** de produtos básicos foram 39,3% maiores do que em 2010, superando o crescimento de 29,2% das

exportações totais. No entanto, o aumento em volume foi de somente 4,3%, enquanto os preços médios cresciam 33,7%.

O déficit comercial da indústria também não é em si ruim.

Mas o quadro muda diante de duas constatações. Primeira, a velocidade com que o processo vem se desenvolvendo é inusitada e reveladora das forças adversas que estão em jogo. O resultado comercial da indústria, cujo valor em 2011 foi negativo em quase US\$ 50 bilhões, era superavitário em US\$ 18,8 bilhões em 2007. Em segundo lugar, o enorme descompasso entre o dinamismo do **mercado** consumidor doméstico e a **produção** industrial interna, como aconteceu em boa parte de 2011, evidencia uma súbita e enorme perda de competitividade da **produção** nacional em relação ao produto **importado**.

Assim, se as vendas do varejo cresceram 6,9% em termos reais no período de janeiro a novembro de 2011 perante o mesmo período de 2010, a evolução da **produção** de bens de consumo industriais foi negativa em 0,7%. A capacidade ociosa na indústria mundial e a grande vantagem que um país como a China obtém com seu controle sobre o câmbio concorrem para a formação de agressivos preços nas **exportações** para o Brasil, o que desloca a **produção** de bens comercializáveis realizada no país, especialmente os da indústria.

O descompasso entre o dinamismo do **mercado** doméstico e da indústria evidencia uma súbita perda de competitividade

	VEÍCULO BRASIL ECONÔMICO-SP		EDITORIA
	TÍTULO Cade terá prazos para análise prévia de operações		
	ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

O Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) vai definir, em seu novo regimento interno, prazos máximos para concluir as análises prévias de operações de fusão ou aquisição, informou ontem o presidente interino do órgão antitruste, Olavo Chinaglia.

As sugestões ainda não estão fechadas, mas o conselho trabalha com uma proposta de limite de 240 dias, prorrogáveis por mais 90.



VEÍCULO RADIO CBN – MANAUS	EDITORIA	
TÍTULO Aloizio Mercadante vai substituir Haddad no <u>Ministério</u> da Educação		
ORIGEM INICIATIVA DO PRÓPRIO VEÍCULO DE COMUNICAÇÃO	ENFOQUE DE INTERESSE	VEICULAÇÃO NACIONAL

Segundo a rádio CBN, o Palácio do Planalto confirmou hoje o nome de Aloizio Mercadante para o **Ministério** da Educação no lugar de Fernando Haddad, que deixa o governo para concorrer às eleições municipais em São Paulo. A cerimônia de posse ocorre na próxima terça-feira.

Para o lugar de Mercadante foi escolhido Marco Antônio Raupp, que tem o perfil mais técnico, como queria a presidente Dilma Rousseff. A decisão deixou alguns parlamentares petistas insatisfeitos.